

PROGRAMAS FEDERAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: ESTUDO EM MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE BACIA DO RIO GRANDE-BA

Karenn Beatriz da Guarda Silva¹, Kelli Consuelo Almeida de Lima Queiroz²

¹Discente do Centro das Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS/UFOB,Barreiras-Ba/Brasil), karenn.s0678@ufob.edu.br

²Docente do Centro das Humanidades (CEHU/UFOB Barreiras-Ba/Brasil), kelli.consuelo@ufob.edu.br

Esta pesquisa tem como objeto as Políticas Públicas Educacionais materializadas em programas federais para o nível da Educação Básica, adotadas e implementadas pelas gestões das secretarias municipais de educação. Em diferentes contextos históricos e políticos, os governos, em cumprimento ao dever do Estado com a escola pública e o direito da criança, adolescentes, jovens e adultos terem acesso, permanência e aprendizagem, elaboram programas com diferentes finalidades socioeducativas, alinhando-se ao projeto de educação do governo federal em exercício, a exemplo dos suplementares e de outras naturezas a depender das finalidades específicas. Diante desse cenário, o objetivo geral consistiu em catalogar os programas federais que obtiveram adesão nas 14 secretarias municipais de educação pertencentes ao território em questão. De forma mais específica: (i) historicizar os contextos de elaboração dos programas na conjuntura da política educacional; (ii) identificar a natureza e finalidade dos programas; (iii) identificar as estratégias recomendadas pelo governo federal para a política ser colocada em ação no âmbito das secretarias. A pesquisa, do tipo documental, mediante fontes primárias (leis, resoluções, portarias, manuais e mídias) buscou-se dados em sites de órgãos federais, como o Ministério da Educação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, bem como em sites das secretarias municipais. Do universo de 14 municípios, o estudo teve alcance em 9 (nove). O mapeamento indicou que os programas suplementares, que complementam o financiamento das atividades educacionais, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 e Lei nº 9.394/1996 são: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE), Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Outros programas foram identificados no conjunto dos municípios, porém sua adesão variou entre eles, sendo adotados por alguns, mas não por outros, por exemplo: Programa Escola em Tempo Integral, Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, Programa Caminho da Escola, Programa Formação pela Escola, Programa Primeira Infância na Escola, Programa de Inovação Educação Conectada (PIEC), Programa Educação e Família. Os programas identificados foram estudados e os dados organizados em quadros, tabelas e outros recursos ilustrativos. Os resultados da pesquisa corroboram a existência de um amplo conjunto de programas federais elaborados a partir de 1985. Esses configuram-se como importantes fontes de financiamento para que os municípios possam garantir o direito à educação escolar. Ademais, ressalta-se a necessidade de estudos empíricos que investiguem, por meio de pesquisa de campo, as dinâmicas de implementação desses programas em cada contexto municipal.

Palavras-Chave: Programas federais, Educação Básica, Municípios.

Agência Financiadora: FAPESP (Cotas)